

Acordo de Não Persecução Penal (ANPP): Um Guia Informativo

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | setembro 2, 2024



Introdução ao ANPP

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é uma medida inovadora introduzida pela Lei nº 13.964/2019, conhecida como “Pacote Anticrime”, que visa promover a eficiência e a celeridade no sistema de justiça criminal brasileiro. O ANPP permite que o Ministério Público e o investigado celebrem um acordo para evitar a instauração de um processo penal, desde que cumpridos

determinados requisitos. Esse mecanismo busca reduzir a sobrecarga do Judiciário, ao mesmo tempo em que oferece uma alternativa menos onerosa e mais rápida para a resolução de conflitos penais.

Requisitos para a Celebração do ANPP

Para que o ANPP possa ser celebrado, é necessário que o investigado atenda a alguns requisitos específicos. São eles:

1. Crime Sem Violência ou Grave Ameaça: O ANPP só pode ser aplicado a crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
2. Pena Mínima Inferior a 4 Anos: O crime em questão deve ter uma pena mínima inferior a 4 anos.
3. Confissão Formal e Circunstanciada: O investigado deve confessar formal e circunstanciadamente a prática do delito.
4. Ausência de Reincidência: O investigado não pode ser reincidente em crimes dolosos.
5. Ausência de Conduta Criminosa Habitual: O investigado não pode ter sido beneficiado anteriormente por outro ANPP, transação penal ou suspensão condicional do processo nos últimos 5 anos.

Benefícios do ANPP

Para o Investigado

1. Evita o Processo Penal: O investigado pode evitar a instauração de um processo penal, com todas as suas consequências, incluindo a possibilidade de uma condenação.

2. Redução de Custos e Tempo: O ANPP é uma solução mais rápida e menos custosa do que um processo penal tradicional.
3. Reparação de Danos: O investigado tem a oportunidade de reparar os danos causados pela sua conduta, demonstrando arrependimento e responsabilidade.

Para o Sistema Judiciário

1. Desafogamento do Judiciário: O ANPP contribui para a redução do número de processos penais, aliviando a sobrecarga do sistema judiciário.
2. Eficiência e Celeridade: Promove uma resolução mais rápida e eficiente dos conflitos penais.
3. Foco em Crimes Mais Graves: Permite que o Judiciário e o Ministério Público concentrem seus recursos e esforços em crimes mais graves e complexos.

Obrigações do Investigado no ANPP

Para que o ANPP seja efetivado, o investigado deve cumprir algumas condições estabelecidas no acordo, que podem incluir:

1. Reparação do Dano: Ressarcir a vítima pelos prejuízos causados pelo delito.
2. Prestação de Serviços à Comunidade: Realizar atividades não remuneradas em benefício da comunidade.
3. Pagamento de Prestação Pecuniária: Pagar uma quantia em dinheiro a uma entidade pública ou privada com destinação social.
4. Cumprimento de Outras Condições: Atender a outras condições estipuladas pelo Ministério Público, desde que proporcionais e adequadas ao caso.

Procedimento para a Celebração do ANPP

O procedimento para a celebração do ANPP envolve as seguintes etapas:

1. Proposta do Ministério Público: O Ministério Público deve propor o acordo ao investigado, considerando os requisitos legais e as circunstâncias do caso.
2. Aceitação pelo Investigado: O investigado deve aceitar a proposta e confessar formalmente a prática do delito.
3. Homologação pelo Juiz: O acordo deve ser homologado por um juiz, que verificará a legalidade e a adequação das condições estabelecidas.
4. Cumprimento das Condições: O investigado deve cumprir todas as condições estabelecidas no acordo dentro do prazo estipulado.

Conclusão

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) representa uma importante inovação no sistema de justiça criminal brasileiro, promovendo a eficiência, a celeridade e a justiça restaurativa. Ao oferecer uma alternativa ao processo penal tradicional, o ANPP beneficia tanto o investigado quanto o sistema judiciário, contribuindo para a construção de uma justiça mais ágil e equitativa. É fundamental que advogados, promotores e juízes estejam bem informados sobre os requisitos e procedimentos do ANPP para garantir sua correta aplicação e maximizar seus benefícios.